

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS – UEA
CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DE PARINTINS – CESP
CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA

TERRITORIALIDADES DA PESCA E CONFLITOS SÓCIOAMBIENTAIS NO
COMPLEXO MACURICANÃ/ APA NHAMUNDÁ/ AM

Acadêmico: Euler Brito de Castro

Orientadora: Dr^a Charlene Maria Muniz da Silva

PARINTINS-AM
NOVEMBRO/2018

EULER BRITO DE CASTRO

**TERRITORIALIDADES DA PESCA E CONFLITOS SÓCIOAMBIENTAIS NO
COMPLEXO MACURICANÃ/ APA NHAMUNDÁ/ AM**

Monografia de conclusão de curso para obtenção de nota parcial na disciplina TCC, ministrada pela Prof^a. MSc. Carmen Lourdes Jacaúna (UEA).

**PARINTINS-AM
NOVEMBRO/2018**

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades, pois, é nele que encontro forças e renovo minha fé.

Aos meus pais: Estevão Chagas Rodrigues de Castro e Tânia Maria Brito de Castro, por todo amor, carinho e dedicação que eles têm por mim.

Aos meus irmãos, Kedson, Kelen, Estevão, Taciara, William, Thiago e Sarah, estes sempre estiverem comigo sendo meu alicerce nos momentos de dificuldades.

Agradeço, a minha professora orientadora Dr^a Charlene Maria Muniz da Silva, por toda dedicação, preocupação e incentivo, não somente no decorrer deste trabalho, mas, em toda minha caminhada acadêmica.

A todos os professores do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, com os quais tive a hora de estudar, todos foram indiscutivelmente essenciais em minha formação profissional e cidadã.

Em especial a minha esposa: Socorro Castro que nunca mediu esforços para me ajudar em todas as etapas desta jornada acadêmica, sou muito grato por tudo que fizeste e faz por mim.

RESUMO

O presente trabalho discorre sobre as formas de uso dos recursos naturais relacionados a pesca comercial, artesanal e criadores de gado do complexo Macuricanã/AM, identificando possíveis conflitos socioambientais na utilização desses recursos e suas consequências na territorialidade dos grupos sociais que ocupam essa localidade. O trabalho analisou os conflitos nas atividades de pesca e criação de gado. Descreveu-se sobre exploração do pescado no complexo Macuricanã, os lagos mais cobiçados pelos pescadores. Verificamos como a criação de gado pode interferir na reprodução de peixes no complexo Macuricanã. Com isso compreendemos como ocorre as Territorialidades da pesca e os Conflitos sociais resultante da atividade de pesca que se estabelecem no ambiente da várzea do complexo Macuricanã. Para melhor obtenção de resultados na conclusão deste trabalho, foi utilizado a pesquisa descritiva, caracterizada pela descrição do objeto pesquisado. Logo, a presença do búfalo (bubalino) causa muitos problemas ambientais na APA, mas, o maior problema é o abandono por parte do governo federal. Os órgãos responsáveis pela fiscalização conseguem impedir a entrada do pequeno pescador, mas, o que ninguém entende é porque não há nenhum tipo de impedimento para as grandes embarcações que vem de outros lugares trazendo de 20 a 50 canoas para fazer a exploração do pescado, os famosos “Maparaseiros”.

Palavras chave: Complexo Macuricanã; Territorialidades; Conflitos Socioambientais.

ABSTRACT

The present work talks about the forms of use of the related natural resources the fishing commercial, craft and cattle breeders of the compound Macuricanã / AM, identifying possible conflicts society adapts in the use of those resources and their consequences in the territory of the social groups that occupy that place. The work analyzed the conflicts in the fishing activities and cattle breeding. It was described about exploration of the fish in the compound Macuricanã, the lakes more coveted by the fishermen. We verified as the cattle breeding can interfere in the reproduction of fish in the compound Macuricanã. With that, we understood how it happens territory of the fishing and the social Conflicts resulting from the fishing activity that you/they settle down in the atmosphere of the meadow of the compound Macuricanã. For better obtaining of results in the conclusion of this work, the descriptive research was used, characterized by the description of the researched object. Therefore, the presence of the buffalo (bubalino) causes many environmental problems in APA, but, the largest problem is the abandonment on the part of the federal government. The responsible organs for the fiscalization get to impede the entrance of the small fisherman, but which nobody understands is because no there is any impediment type for the great embarkations that it comes from other places bringing from 20 to 50 canoes to do the exploration of the fish, famous "Maparaseiros."

Keywords: Complex Macuricanã; Territory; Conflicts Society Adapts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa de localização da APA Nhamundá.....	pág 13
Figura 2- Pescador utilizando arpão.....	pág 17
Figura 3- Pescador utilizando a zagaia.....	pág 18
Figura 4- Como é feito o espinhel.....	pág 19
Figura 5- Pescador utilizando o caniço.....	pág 19
Figura 6- Desperdício de peixes.....	pág 22
Figura 7- Pescador com o tambaqui capturado.....	pág 26
Figura 8- Embarcação que realiza compra de pescado.....	pág 28
Figura 9- Apreensão de pescado.....	pág 29
Figura 10- Produção por pescador.....	pág 34
Figura 11- Tambaqui adulto que estava pronto para a desova (reprodução).....	pág 37

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Peixes mais capturados na APA-Nhamundá.....pág 35

Tabela 2- Peixes mais cobiçados pelo autovalor comercial.....pág 36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Problemas socioambientais na APA Nhamundá.....pág 27

LISTA DE ABREVIATURAS

APA: Área de Proteção Ambiental.

CEUC: Centro Estadual de Unidades de Conservação- Amazonas.

IBAMA: Instituto Brasileiro do meio Ambiente e dos recursos naturais renováveis.

GRUPACOM: Grupo de Proteção Ambiental do Complexo Macuricanã.

SINDIPESCA: Sindicato dos pescadores de Parintins.

SUMÁRIO

Introdução.....	pág 10
Capítulo 1 Complexo Macuricanã/APA Nhamundá.....	pág 12
Capítulo 2 Territórios: Conceitos e Definições.....	pág 14
Capítulo 3 Pesca Artesanal e Pesca Comercial na Amazônia.....	pág 15
3.1 Pesca artesanal.....	pág 16
3.2 Pesca Comercial.....	pág 21
Capítulo 4 Territorialidades e conflitos sociais que se estabelecem no ambiente da Várzea no Complexo Macuricanã.....	pág 23
4.1 Conflitos nas atividades de pesca e criação de gado no Complexo Macuricanã.....	pág 31
4.2 Sobre-exploração no complexo Macuricanã.....	pág 33
Conclusão.....	pág 39
Referências.....	pág 43

INTRODUÇÃO

Esse estudo tem por finalidade investigar os processos que ocorrem sobre as formas de uso dos recursos naturais, as territorialidades da pesca no ambiente de várzea do Complexo Macuricanã APA-Nhamundá, identificando possíveis conflitos socioambientais na utilização desses recursos naturais entre a pesca artesanal, a pesca comercial e criadores de gado no ano de 2018.

Para melhor obtenção de resultados na conclusão deste trabalho, foi utilizado a pesquisa descritiva, caracterizada pela descrição do objeto pesquisado, (...) delinea o que é, aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. (MARCONI e LAKATOS, 2010, p. 6). Foi realizado intenso trabalho de campo para observação e entrevistas para a coleta de dados, assim como, pesquisa documental e bibliográfica para compreender melhor a realidade da localidade estudada.

A economia do município de Parintins está diretamente ligada a atividade de pesca e parte do pescado comercializado nas feiras e mercados da cidade de Parintins é capturada no complexo Macuricanã APA-Nhamundá, neste sentido, Lévi-Strauss (1996) enfatiza a importância que tem os territórios pesqueiros, construídos pelos pescadores a partir do conhecimento empírico do trabalho e da apropriação da natureza.

O pescador amazônico possui sabedoria que atravessa gerações, ensinamentos de homens e mulheres garantiram por décadas o sustento das famílias ribeirinhas, modos e costumes, a fase da lua, o nível da enchente ou vazante ou até mesmo o cantar de um pássaro, Godelier (1981) enfatiza que estes saberes são necessários para a sobrevivência do homem Amazônico.

A pesca comercial deve seguir algumas regulamentações evitando a captura de algumas espécies de peixes ameaçados de extinção ou no período da desova. Mas, será que estes fatores são realmente obedecidos? Nesta pesquisa foi observado que nada é feito por parte do poder público para evitar danos irreversíveis no ecossistema marinho do complexo Macuricanã. Para Mello (1985) com o incentivo do governo com financiamentos na área da pesca, o processo capitalista transformou a pesca no Amazonas.

A pesca artesanal tem como sua principal característica a mão de obra familiar, as embarcações utilizadas são de menor porte, canoas e bajaranas que levam em conta o fator socioeconômico. Furtado (1993) fala que a pesca artesanal ou de subsistência possui um importante papel na conservação de espécies, pois, existe mais conscientização ambiental por parte destes pescadores.

No Complexo Macuricanã são constantes e até mesmo comuns os conflitos envolvendo pescadores e criadores de gado. Segundo Rufino (2005), muitos destes estão ligados à pesca intensiva praticada nos lagos e, ou até mesmo a furto de animais principalmente no período da vazante quando os pastos que afloram as margens dos igarapés e lagos são ricas fontes de alimentos para animais.

Nas entrevistas feitas com pescadores foi possível perceber que a criação de gado no complexo Macuricanã interfere muito na reprodução do pescado, mas, não somente este fator, o corte de capim onde os peixes têm como moradia também se torna um agravante.

Sendo assim o presente trabalho visou entender melhor esses conflitos existentes no complexo Macuricanã, envolvendo a pesca comercial, a apropriação territorial de criadores de gado, e conflitos resultantes da luta pelo uso dos recursos naturais desse território.

No primeiro capítulo (1), o leitor verá uma breve apresentação do complexo Macuricanã APA-Nhamundá, decreto e finalidade que a mesma foi criada, seus limites territoriais e variedades de espécies de peixes e animais. O capítulo seguinte (2), está direcionado as questões territoriais territorialidades, que se estabelecem no ambiente de várzea do complexo Macuricanã.

O terceiro capítulo (3), mostra um pouco da realidade da pesca comercial e artesanal, as escalas econômicas da pesca, como está dividida a classe pesqueira, quanto ganha um pescador (semanal) e como se dá a relações entre os empresários da pesca para com os pescadores. O capítulo (04) nos mostra como são estabelecidas as territorialidades da pesca e a partir desta nascem os conflitos e como foi desenvolvido metodologicamente este trabalho.

O leitor vai entender como e porque ocorre os conflitos entre pescadores e criadores de gado do complexo Macuricanã, a sobre-exploração dos recursos

naturais, que nos dias atuais o uso tecnológico permite uma maior abrangência na captura do pescado.

1- COMPLEXO MACURICANÃ/APA NHAMUNDÁ

Com a finalidade de preservar e proteger nosso ecossistema, em Parintins foi criada a Área de Proteção Ambiental APA-Nhamundá, em 1980, abrangendo dois municípios amazonenses: Nhamundá e Parintins, é formada por uma diversidade de lagos, furos, igarapés, restingas e paranás por uma vasta região de lagos, denominado Complexo Macuricanã.

A biodiversidade, a variedade de espécies de pescado atraiu grandes e pequenos empresários da pesca comercial, proporcionando escalas pesqueiras e redes ilegais que é o caso do uso de apetrechos não autorizados pelo IBAMA. Os lagos do Macuricanã são importantes abastecedouros de pescado que na sua grande maioria são levados para o estado do Pará, tornando a localidade alvo da pesca intensiva e predatória, com uso de arrastões e malhas potentes.

A Área de Proteção Ambiental Nhamundá foi criada por meio do Decreto nº. 12.836 de 09 de março de 1990, a mesma possui uma área 195.900 hectares, com 33 comunidades em seus limites e localiza-se no extremo leste do Estado do Amazonas, em um espaço físico ao norte do município de Parintins (02° 36' Lat. Sul e 56° 44' Long. Oeste) e ao sul do município de Nhamundá (02° 11' Lat. Sul e 56° 42' Long. Oeste). Azevedo Filho. (2015)

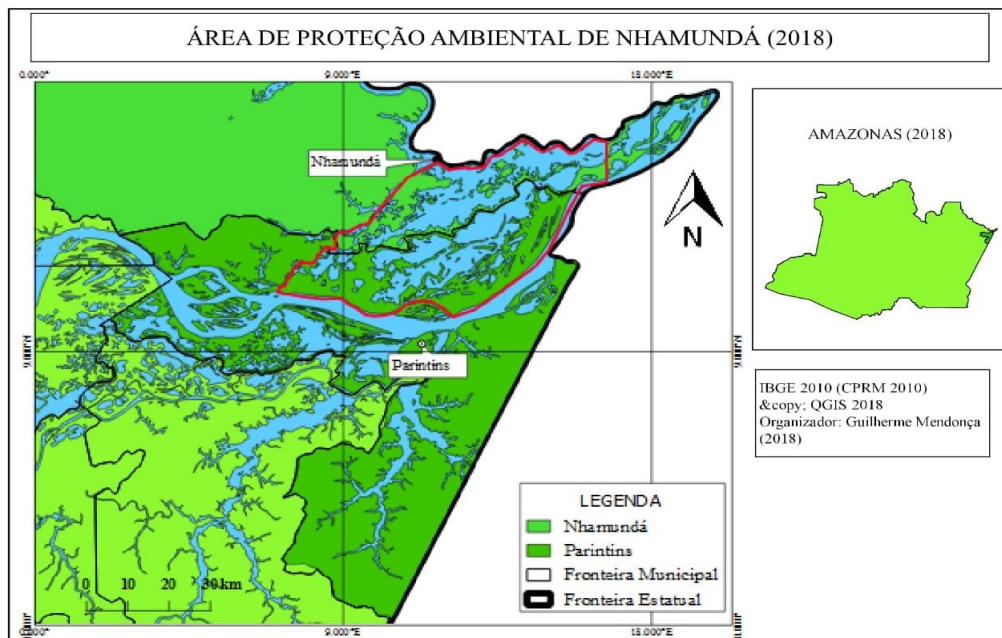


Figura 1: Mapa de localização da APA Nhamundá. Fonte: Guilherme Mendonça, 2018.

De acordo com o órgão responsável por fiscalizar a pesca no município de Parintins, IBAMA, o município desponta como um dos principais entrepostos de pesca no Amazonas, tanto para o consumo local como exportação para outros municípios.

O município dispõe de uma hidrografia composta por inúmeros rios e lagos caracterizados por grande diversidade de espécies. De acordo com as investigações feitas através deste trabalho. Entre os locais de pesca mais procurados está o complexo Macuricanã (constituído por 94 lagos, poços e igarapés, os quais estão inseridos na Área de Proteção Ambiental (APA-Nhamundá).

A atividade de pesca no complexo Macuricanã não é desenvolvida somente por pescadores das comunidades que margeiam aquela localidade. É grande o número de embarcações de grande porte que vem do estado do Pará para capturarem peixes nestas áreas (lagos da APA-Nhamundá) onde a pesca significa importante fonte de alimentação, renda e desenvolvimento social para aqueles que ali vivem.

2- TERRITÓRIO: CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Uma das categorias geográficas que embasam esse estudo foi o de território, logo cabe apresentar suas principais definições e como o mesmo é importante para a compreensão das relações sociais; dos conflitos; da vivência dos diversos grupos sociais que se utilizam dos recursos existentes do local da pesquisa. A APA-Nhamundá

A definição de território, em primeiro lugar vem da ideia de poder e nesse sentido, a dimensão política vai definir um perfil para o uso do território, o ato cultural o simbolismo, identidade do lugar, os processos de produção, tudo está intimamente ligado as diversas dimensões do território, seja relacionado ao valor de uso como ao valor de troca.

De acordo com SAQUET e SPÓSITO, (2009). “O *território* é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*”. O poder traz com ele o desejo ou a necessidade de defender ou conquistar territórios, tem a ver com um acesso a recursos e riquezas, com a captura de posições estratégicas, com a manutenção de modos de vida e do controle sobre símbolos materiais de uma identidade.

Para Almeida, “a territorialização funciona como fator de identificação, garante a defesa no que diz respeito ao uso dos recursos naturais” ALMEIDA, (2008, p 20).

Nossa região Amazônica possui grandes áreas que tem como função a exploração do produto ecológico, “o território é fonte de recursos e só assim pode ser compreendido quando enfocado em sua relação com a sociedade e suas relações de produção” SPOSITO, (2004), “o que pode ser identificado pela indústria, pela agricultura, pela mineração, pela circulação de mercadorias, ou seja, pelas diferentes maneiras que a sociedade se utiliza para se apropriar e transformar a natureza”, SPOSITO, (2004, p. 112-113).

O poder está ligado a relação tanto econômica quanto social, o território por sua vez é a expressão material. De acordo com. SAQUET e SPÓSITOO, (2009, p68) “O poder implica, evidentemente, a capacidade de estabelecer normas e de fazê-las cumprir, sob pena de sanções morais ou materiais”.

Para Raffestin (1993), O território [...] “não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São esses atores que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço”.

O desenvolvimento de uma sociedade depende do território que é produto histórico de mudanças e permanências ocorridas no ambiente. A apropriação do ambiente natural passa a ser um ambiente social construído através de relações. Para Saquet (2007), “os processos sociais são multe escalares e multe temporais e isso ocorre em todas as atividades de nossa vida cotidiana. O homem é posto como objeto central na formação do território, forçando relações e influenciando conflitos por lugares de exploração”.

3- PESCA ARTESANAL E PESCA COMERCIAL NA AMAZONIA

Neste capítulo faremos uma breve abordagem sobre a pesca na Amazônia, sua importância econômica, social e cultural para a região, cujo potencial pesqueiro é grande devido suas riquezas naturais.

A região amazônica é possuidora de uma grande diversidade de espécies de pescado, que é fonte de alimento e renda para grande parte da população uma vez que a falta de emprego culmina com o aumento do número de pescadores na região. Falabella explica que. “O Estado do Amazonas, sem sombra de dúvida é possuidor da mais rica fauna ictiológica do mundo. Possuímos uma verdadeira jazida de proteínas, mas infelizmente não estamos sabendo explorá-la”. Falabella (1994, p. 23).

A grande produção de pescado exige que exista uma escala comercial não somente local. O Estado do Amazonas exporta peixe para vários outros estados (regiões) como Nordeste, Centro Sul e Pará, essa atividade é de grande importância na vida social e econômica de pequenos e grandes pescadores. “Em nosso emaranhado de rios, paranás, lagos, igarapés, furos e igapós, vivem mais de 2.000 espécies de peixes, das mais exóticas possíveis e desconhecidas, as mais famosas e admiradas por todo mundo”. Falabella (1994, p. 47).

De acordo com as palavras do senhor (M D L) presidente e advogado do Sindicato dos Pescadores de Parintins (SINDIPESCA), “o número de pessoas que

vivem da pesca no Amazonas aumenta acentuadamente a cada ano”, logo pensamos o quanto esta atividade precisa ser observada com mais atenção por parte do Governo Federal, para que no futuro muito próximo, não haja uma escassez generalizada.

Parintins é um município que sempre se destaca pela grande produção de pescado, principalmente na época do verão que vai de julho a outubro, a dinâmica pesqueira se intensifica com a chegada de grandes empresários da pesca. Para Falabella (1994, p. 49). Os pescadores profissionais vivem exclusivamente da pesca, mas são ligados, ou deveriam ser, às colônias ou associações de pescadores, e registrados no IBAMA e capitania dos portos.

No entanto, as lideranças das associações de pescadores e poder público ainda não atentaram para o armazenamento de pescado, que seria de grande relevância, pois, nos meses de abril, maio e junho o preço auto do pescado é consequência da falta do mesmo.

3.1 Pesca artesanal

O pescador amazônico possui saberes que atravessam gerações, ensinamentos de homens e mulheres garantiram por décadas o sustento das famílias ribeirinhas, modos e costumes, a fase da lua, o nível da enchente ou vazante ou até mesmo o cantar de um pássaro. Segundo Fraxe (2009), “Não podemos deixar de considerar que os povos da Amazônia não vivem isolados no espaço e no tempo, estabelecem continuamente relações de trocas materiais e simbólicas entre si”.

Os saberes são baseados numa forma de compreensão e comunicação com a natureza, os pescadores tradicionais obtinham êxito na pescaria, pois seguiam as orientações que recebiam de seus antecessores.

A captura do pescado sofreu e continua a sofrer mudanças ao longo do tempo, adaptações não somente às questões climáticas, mas também tecnológicas, a segunda leva a questão da escassez de espécies. Tendo em vista que as mais humildes técnicas do chamado primitivos fazem apelo a operações manuais e intelectuais.

De acordo com Câmara Cascudo (2000, p. 512). “A pesca é um ofício dos mais antigos. Tanto no mar quanto nos rios, a pesca pode ser de vários tipos: com rede, vara, puçá, fisgo, carretilhas, covos, individualmente ou em embarcações com duas, três ou mais pessoas”. Porém, na Amazônia algumas modalidades são mais conhecidas e utilizadas como, arpão, zagaia, espinhel e caniço.

O Arpão era um dos métodos para a captura de peixes mais utilizados na década de 1960, o pescador que dominava o manuseio deste material era tido como líder ou “proeiro” nome dado a quem obtinha mais conhecimento na atividade. O proeiro esperava o momento em o peixe vinha a superfície em busca de oxigênio (respirar) e lançava o arpão acertando o pescado.

Observe a imagem abaixo como o pescador faz uso do arpão:



Figura 2: Pescador utilizando arpão. Fonte: Google Imagens.

A utilização do Arpão era imprescindível para a captura do pirarucu (*sudis gigas, vastres gigas*) considerado o maior peixe de escamas de água doce do mundo, para a eficácia do instrumento de pesca é utilizado uma haste de madeira para apoiar o arpão obtendo um maior alcance no movimento.

A zagaia era outro instrumento utilizado para a prática da pesca, geralmente a pescaria de zagaia era feita a noite quando os peixes estavam as margens dos rios e lagos, na época era muito usada a lanterna de carbureto, material que hoje já não é mais usado.

Na imagem abaixo o pescador captura um tucunaré utilizando a zagaia.

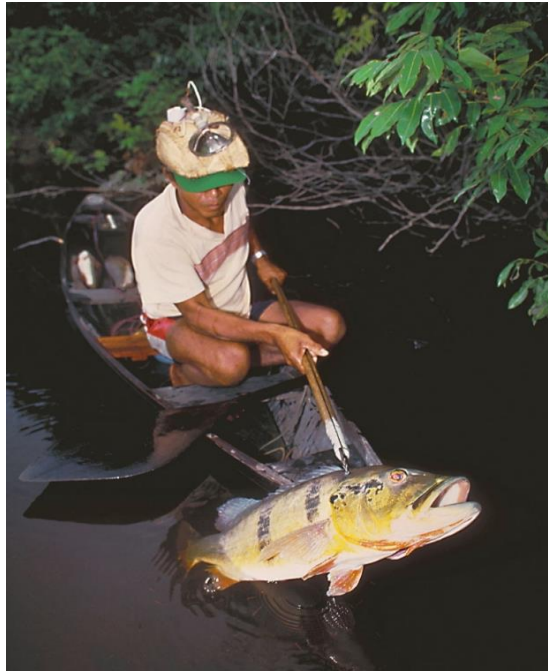


Figura 3: Pescador utilizando a zagaia. Fonte: Google Imagens.

O manuseio da Zagaia é muito parecido com o do Arpão, porém a Zagaia é para peixes menores como por exemplo o tucunaré (*Cinchla ocellaris*, cichlidae).

O espinhel era apetrecho de luxo na década de 1960, pois, na pescaria de tambaqui (*Colossoma macromum*) e pirarucu (*Sudis gigas*, *Vastres gigas*) este material era imprescindível, o local para pôr o espinhel com isca de caranguejo ou frutas nativas ficava a critério do mais experiente dos pescadores.

Na imagem abaixo você verá como é feito o espinhel.



Figura 4: Como é feito espinhel. Fonte: Google Imagens.

Esta modalidade de pesca ainda é muito utilizada nos dias atuais, são vários anzóis presos numa linha (monofio) de aproximadamente 0,8cm, a pescaria de espinhel varia muito de uma região para outra.

O Caniço não menos importante, prática de pesca muito utilizada na Amazônia na pesca esportiva. Mas para os pescadores tradicionais o melhor caniço ainda é o de madeira.

A imagem a seguir mostra como é utilizado o caniço.



Figura 5: Pescador utilizando caniço. Fonte: Google Imagens.

Na época da enchente é comum a utilização do caniço, pois, o pescado fica mais escasso devido ao grande volume de água.

A pesca artesanal tem como sua principal característica a mão de obra familiar, as embarcações utilizadas são de menor porte, canoas e bajaranas que levam em conta o fator socioeconômico. A pesca artesanal possui um importante papel na conservação de espécies, pois, existe mais conscientização ambiental por parte destes pescadores.

O nome pescador “Artesanal” se dá aqueles que ainda utilizam apetrechos de pesca como o caniço, tarrafa, espinhel, arpão, zagaia entre outros, geralmente estão inseridos em grupos sociais que tem na pesca uma atividade complementar a outra. A pesca entre eles é primordialmente destinada ao auto abastecimento e secundariamente no mercado local e extra local (FURTADO, 1993, p. 241).

É necessário que haja um equilíbrio no ecossistema, mas, nas comunidades ribeirinhas que margeiam o complexo Macuricanã, este pensamento ainda está muito dividido e em muitos casos é causador de conflitos uma vez que não existe um acordo de pesca nessa localidade que se faz necessário a conservação de estoques pesqueiros para garantir a sustentabilidade futura.

A área em questão (complexo Macuricanã) representa para os pescadores artesanais ribeirinhos da localidade e até mesmo do município de Parintins uma importante fonte de alimento e renda. Nesse sentido a pesca comercial é entendida como aquela que não faz uso de grandes tecnologias na captura de pescado e foi possível observar nesta pesquisa que são poucos os que ainda relutam em praticar esta modalidade de pesca.

A pesca artesanal não pode ser quantificada pela carteira de pescador pois, em todas as carteiras tanto da Colônia de pescadores de Parintins-Z17, quando do Sindicato dos Pescadores a qualificação é de pescador artesanal. Esta modalidade de pesca perde cada vez mais espaço para a pesca comercial e pensando na sustentabilidade o estado precisa agir urgentemente na localidade do Complexo Macuricanã.

Uma das principais dificuldades da pesca artesanal na área estudada é a intermediação de compra do pescado, uma vez que na década de 80 e 90 a venda

do pescado era realizada diretamente nas feiras e mercados da cidade de Parintins, com a chegada de tecnologias relacionadas a pesca, houve uma mudança no modo de comercialização e distribuição de pescado.

Os pescadores artesanais são facilmente seduzidos pelos empresários da pesca, deixando de lado aquela atividade menos lucrativa mudando os hábitos de pesca utilizando apetrechos de maior poder de captura do pescado, esses que na sua grande maioria são ilegais.

3.2-Pesca comercial

A quantidade elevada de pescado capturado proporciona a comercialização em grande escala, esta modalidade de pesca pode causar problemas ambientais pela venda de peixes de todos os tamanhos ou até mesmo são capturados no período da desova (reprodução). A finalidade da pesca comercial é gerar renda e lucro, o peixe é fonte de alimento não só do povo da Amazônia, mas, também de todo planeta.

Todos os anos quando se aproxima o verão centenas de pescadores se organizam para a aumentar a renda familiar, a falta de emprego faz com que aumente o número de pescadores, pois, é nesse período que vai de julho a outubro os peixes ficam aglomerados em lagos furos e igarapés (canal) e são capturados com mais facilidade e maior quantidade. De acordo com o decreto-lei N 221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulo a pesca” compete ao IBAMA regulamentar a atividade pesqueira em todo território nacional. Falabella, (1994, p.137).

Neste sentido foi possível observar uma capacidade de adaptação dos pescadores e dos métodos de captura de peixes em grande escala. De acordo com as palavras do fiscal do IBAMA, em virtude do grande investimento da indústria pesqueira a sustentabilidade no ecossistema do complexo Macuricanã corre risco de ser destruída.

A pesca comercial é pouco seletiva, em nossa região só é descartado algumas espécies como bodó e cuiú. No entanto, a espécie de maior valor econômico vem sofrendo uma acentuada redução, a pesca comercial na APA-Nhamundá usa apetrechos que são proibidos por lei e por não haver nenhum tipo de fiscalização grandes arrastões são utilizados melhorando a eficiência na pesca, o método na

pesca muda de região para região e da mesma forma a pesca comercial que pode ser feita por apenas um pescador até grandes embarcações.

A pesca comercial deve seguir algumas regulamentações evitando a captura de algumas espécies de peixes ameaçados de extinção ou no período da desova. Mas será que estes fatores são realmente obedecidos, nesta pesquisa foi observado que nada é feito por parte do poder público para evitar danos irreversíveis no ecossistema marinho do complexo Macuricanã.

Outro problema que envolve a atividade de pesca comercial é o desperdício de pescado, foi observado no canal do bom sucesso (lugar de entrada para o complexo Macuricanã) que existe um grande desperdício de peixe por conta do tamanho e espécie, empresários da pesca preferem peixes de maior valor comercial, o não beneficiamento em larga escala, os peixes de menor valor comercial e a captura acima da demanda.

A imagem abaixo mostra o desperdício de peixes comercialmente pouco valorizado.



Figura 6: Desperdício de pescado. Fonte: Euler Brito, 2018.

Os cardumes se juntam para sair em busca de local para desova e é aí que quando capturados são selecionados e aqueles que não servem são despejados no rio (já mortos) os de menor valor e os pequenos.

A pesca é um setor fundamental para a economia do Estado do Amazonas, mas, não pode haver pressão sobre nosso principal local de abastecimento de pescado que é o complexo Macuricanã, tucunaré, pirarucu e tambaqui são espécies de pescado que sofrem com a predação humana e mesmo com a proibição das duas últimas citadas é comum a comercialização nas feiras e mercados da cidade de Parintins.

A pesca comercial foi impulsionada a partir dos anos 90 em nossa região devido a escala econômica de compra e venda do pescado com outros centros urbanos como a feira de Santana no Estado do Pará entre outros lugares.

As inovações de tecnologias que permitem o armazenamento de pescado por mais tempo, o aparecimento de fabricas de gelo e frigoríficos fizeram com que houvesse uma mudança no perfil dos pescadores do município de Parintins tornando-os pescadores comerciais quase que em sua totalidade, a falta de emprego também fez com que a pesca comercial se expandisse e muitos pais de família que antes não eram pescadores encontraram nesta atividade uma maneira de gerar renda para o sustento de sua família.

4- TERRITORIALIDADES E CONFLITOS SOCIAIS QUE SE ESTABELECEM NO AMBIENTE DA VÁRZEA NO COMPLEXO MACURICANÃ.

O trabalho se propôs a conhecer o cotidiano dos pescadores comerciais e artesanais na produção pesqueira, identificando possíveis conflitos nas formas de manejo e a disputa por locais de pesca.

Para melhor obtenção de resultados na conclusão deste trabalho, foi utilizado a pesquisa descritiva, caracterizada pela descrição do objeto pesquisado, (...) “delineia o que é, aborda também quatro aspectos: descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente”. MARCONI e LAKATOS, (2010, p. 6).

Como abordagem teórico-metodológica, utilizou-se a pesquisa qualiquantitativa, juntamente com entrevistas semiestruturadas, reuniões para o entendimento das formas de pesca, observações sistemáticas, registros fotográficos e entrevistas com agentes do IBAMA, representantes do SINDIPESCA e Colônia de

Pescadores de Parintins Z17. Oliveira (1997) define, “o método como uma forma de pensar para se chegar a natureza de um determinado problema, quer seja estudá-lo, quer seja explicá-lo”.

A pesquisa de campo foi indispensável, pois, Severino (2007, p. 123). Estabelece: “A coleta de informações sobre determinado problema em ambiente natural, onde objetiva-se ter uma resposta, empregando a observação e levantamentos”. A coleta de dados foi realizada através de um roteiro de observação dos territórios da pesca no complexo Macuricanã APA-Nhamundá.

Fica esclarecido que esta pesquisa se insere em uma iniciativa maior, para que a população e outros acadêmicos possam ter uma visualização da realidade da pesca nos lagos do Macuricanã, e conflitos socioambientais.

Os informantes da pesquisa foram pescadores comerciais e artesanais do município de Parintins e comunidade do Divino do Espírito Santo, a mesma depende social e economicamente da pesca, além dos tantos outros que moram na cidade de Parintins e exercem a atividade e proprietários de embarcações de pesca. Instituído territorialidades nas margens dos lagos mais procurado pela quantidade e variedade de pescado.

A dinâmica pesqueira os modos e costumes foram observados durante o ano de 2018, com observação direta, verificou-se que os pescadores comercial e artesanal local e da cidade de Parintins, iniciaram processos de apropriação dos espaços as margens dos lagos da APA-Nhamundá. De acordo com Gressler (2003), “método, é o processo seguido na observação de conhecimentos compreendendo os seguintes passos básicos: observação preliminar, problema, fundamentação teórica, amostragem, instrumentos, coleta de dados, análise, inferências e conclusões”.

É preciso entender que, a economia do município de Parintins está diretamente ligada a atividade de pesca, os pescadores exercem algum tipo de domínio e são objetos de disputas e conflitos à medida que estruturas e modernização do modo de captura do pescado de grandes embarcações para as solitárias canoas, na pesca de escalas diferenciadas. Podemos afirmar que “o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social, campo de forças que

envolvem obras e relações sociais, econômicas, políticas e culturais” SAQUET, (2007, p. 127)

As disputas e conflitos por territórios acontecem no uso dos recursos naturais do complexo Macuricanã, haja vista que a grande maioria dos criadores de gado não permitem a entrada dos pescadores nos lagos que ficam situados em suas propriedades e este é destacado como o principal fornecedor dos recursos pesqueiros necessários à reprodução social das famílias, comunidades que se localizam nas proximidades da APA Nhamundá

Pescadores do município de Parintins, Nhamundá e até mesmo do estado do Pará fazem uso destes territórios. A territorialidade, segundo Soja (1993), “está mais comumente vinculada a determinadas noções, mas particularizadas como soberania, propriedade, disciplina, vigilância e jurisdição”.

A comunidade do Paraná do Espírito Sando do Meio foi o local de maior concentração desta pesquisa devido ao grande número de pescadores residentes na mesma. Também nesta comunidade no ano de 2007, foi criado o projeto de manejo de despesca dos lagos do complexo Macuricanã, porém, não deu certo devido à falta de concordância entre comunitários.

O IBAMA propôs para as comunidades que margeiam o complexo Macuricanã um acordo de pesca, a princípio este acordo foi aceito e dessa forma surgiu o (GRUPACOM) Grupo de Proteção Ambiental do Complexo Macuricanã, que era responsável pela fiscalização na localidade, a base ficava posicionada na entrada do canal do Bom Sucesso e não demorou muito tempo para os conflitos começarem a surgir. Segundo o fiscal do IBAMA a falta de entendimento entre os moradores das comunidades do Paraná do Divino Espírito Santo, Boto e Brasília foi um dos pontos principais para a queda do acordo de pesca firmado entre eles.

Os conflitos eram constantes pois, no entendimento de alguns moradores o grupo responsável pela fiscalização estava facilitando a entrada de pescadores e recebendo uma porcentagem do pescado capturado, fato que foi mais tarde descoberto causando uma enorme confusão que ocasionou na perda total do flutuante que servia de moradia para os fiscais voluntários, o mesmo foi incendiado.

As escalas econômicas da pesca no complexo Macuricanã faz surgir os conflitos que são inevitáveis quando se trata de pesca comercial e criação de gado num mesmo ambiente, compreendido como um componente próprio da vida em sociedade, isto é, se constrói a partir das interações socioeconômicas. Estas interações econômicas dependem diretamente da produção de pescado que para muitos moradores das comunidades circunvizinhas é a principal fonte de renda.

A imagem a seguir mostra o pescador com o tambaqui capturado.



Figura 7: Pescador exibindo um tambaqui grande. Fonte: Euler Brito, 2018.

Os conflitos que se originam das interações sociais envolvendo, ao mesmo tempo, questões ambientais, podem ser chamados de conflitos socioambientais, a questão se agrava quando pescadores de outras regiões (outros municípios e até mesmo outros estados) praticam a pesca comercial predatória no complexo Macuricanã, ligado a este fator estão as queimadas no período do verão que vai de julho até outubro, já no inverno a grande razão pelos conflitos é a pesca do Mapará (*Hipophthalmus edentatus*).

Também no verão a tensão conflituosa fica por conta dos fazendeiros e pescadores, o segundo se queixa das queimas provocadas pelo primeiro citado e isso ocasiona um grande problema ambiental e interfere diretamente na reprodução de peixes e aves. O gráfico abaixo mostra a opinião dos entrevistados.



Gráfico 1: Problemas socioambientais na APA Nhamundá.
Organizador: Euler Brito, 2018.

[...] “O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a forma visível do local oculta às relações distintas que determinam sua natureza”. Giddens (1991), p.27. Neste sentido o autor trabalha com a flexibilidade dos fatores que estabelecem os conflitos, tais como da escassez do pescado até o furto de gado.

A dificuldade de acesso aos lagos na época do verão que vai do mês de julho a outubro não impede o avanço da pesca predatória nos lagos do Macuricanã, canoas são arrastadas por extensas restingas para se chegar nos mais de 90 lagos já catalogados, lembrando que a área de Proteção Ambiental (APA) Nhamundá, por lei fica suspensa para pesca no período do defeso que vai de (15) de novembro a (15) de março.

Pelo que foi observado no local, entrevistas e pesquisa documental o Macuricanã é um ecossistema que vem sendo fragilizado pela constante “pressão” pesqueira que avança gradativamente. É preciso melhor cuidado e atenção dos órgãos de fiscalização pela importância que o Macuricanã tem para a sociedade.

Moradores da comunidade do Divino Espírito Santo que se localiza nos limites da APA Nhamundá, em uma área de várzea à margem esquerda do Paraná do Espírito Santo do Meio, procuram com frequência o Ibama de Parintins para tentar chegar a uma possível solução que ponha fim aos conflitos, de acordo com os comunitários ribeirinhos, dificilmente são feitas atividades de monitoramento e controle do “acordo” de pesca que se encontra desativado.

A imagem a seguir você pode ver uma embarcação que compra o pescado, o proprietário desta embarcação fornece apetrechos (materiais) de pesca para os pescadores.



Figura 8: Barco que realiza compra de pescado. Fonte: Euler Brito, 2018.

A ação predatória também é cometida pelos ribeirinhos que moram nas proximidades da área de proteção ambiental, que favorecem pescadores do território paraense, barcos de grande porte são trazidos para o Macuricanã e em poucos dias são abastecidos com toneladas de várias espécies de pescado.

A imagem abaixo mostra uma das raras apreensões de pescado, como é observado na imagem o pirarucu está no topo das espécies mais procuradas pelos pescadores devido seu valor comercial.



Figura 9: Apreensão de pescado. Fonte: Jornal Parintins em Tempo, 2017.

A Área de Proteção Ambiental Nhamundá (APA-Nhamundá), localiza-se entre os municípios de Nhamundá e Parintins, abrangendo uma superfície de 195.900 hectares no bioma da Amazônia. Apesar de ser denominada de APA-Nhamundá, 70% de sua área está localizada no município de Parintins e o restante no município de Nhamundá. Azevedo Filho (2015).

A extensão da APA dificulta muito a fiscalização os pescadores conhecem perfeitamente a região como se fosse os quintais de suas casas, mas o IBAMA está sempre fazendo sua parte em fiscalizar e apreender o pescado e apetrechos de pesca ilegal.

De acordo com o Decreto-Lei Nº221, de 28 de fevereiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção e estímulo à pesca” e de legislação complementar, compete ao IBAMA regulamentar a atividade pesqueira em todo o território nacional. A antiga SUDEPE hoje IBAMA, através da portaria Nº. 466, de 08 de novembro de 1972, estabeleceu e mantém os conceitos, Falabella, (1994, p.137).

“Art. 2º. – No exercício da pesca interior, fica proibido o uso dos seguintes aparelhos:

- A) Redes de arrasto e de lance quaisquer;*
- B) Redes de espera com malhas inferiores a 70 mm, entre ângulos opostos, medidas esticadas e cujo comprimento ultrapasse a 1/3 (um terço) do ambiente aquático, colocadas a menos de 200m das zonas de confluências dos rios, lagos e corredeiras, a uma distância inferior a 100 metros uma da outra;*
- C) Rede eletrônica ou quaisquer aparelhos, que através de impulsos eletrônicos, possam impedir a livre movimentação dos peixes, possibilitando a sua captura;*
- D) Tarrafa de qualquer tipo com malhas inferiores a 50mm, medidas esticadas entre ângulos opostos;*
- E) Covos com malhas inferiores a 50mm colocadas à distância inferior a 200 metros, de cachoeiras, corredeiras, confluência de rios e lagos;*
- F) Fisga e garatéia, pelo processo de lambada;*
- G) Espinhel, cujo comprimento ultrapasse a 1/3 (um terço) da largura do ambiente aquático e que seja provido de anzóis que possibilitem a captura de espécies imaturas. Falabella, (1994, p. 138).*

O pescador, cujo nome as iniciais são (J. M, 61 anos) relatou que, os barcos paraenses vem para a região de Parintins somente com dois ou três tripulantes, e os pescadores são das comunidades ribeirinhas próximas ao Macuricanã, existem os empresários da pesca que fornecem todo tipo de arreios (apetrechos de pesca) pagando assim um preço mais baixo no pescado, não respeitando em hipótese alguma a lei estabelecida sobre a disposição dos materiais de pesca, (J. M), acrescentou que “chega ser revoltante ver arrastões imensos em todos os lagos que se possa imaginar”.

A portaria Nº. (466) “proíbe o uso de rede de arrasto e de lance para a pesca no interior. Para quem desconhece os conceitos do (IBAMA), sobre pesca de arrasto ou de lance, não seria possível pescar comercialmente no Amazonas”. Os pescadores profissionais não poderiam pescar, pois nesta região se chamam as redes de pesca de arrastão ou arrastadeira.

De acordo com a Lei é proibido a pesca comercial na época da piracema, fica entendido que para o (IBAMA), piracema significa migração de peixes para a desova. O fato é que a pesca no Macuricanã tomou grandes proporções e de acordo com os próprios pescadores não se pode continuar de forma predatória.

Mesmo que as portarias do (IBAMA) não permitam a pesca de espécies por períodos, como o Tambaqui, pirarucu, curimatã, as proibições em locais de captura são ineficazes, pela impossibilidade de a fiscalização cobrir toda a área do complexo Macuricanã e desembarque de pescado, os pescadores ou empresários da pesca sempre arrumam um jeito de burlar a lei.

4.1- Conflitos nas atividades de pesca e criação de gado no Complexo Macuricanã.

Não somente no Amazonas, mas em todo território nacional em que a pesca é um fator primordial para o sustento e renda familiar. “Conflitos relacionados à pesca ocorrem em qualquer região que tenha importância e potencial de demandas múltiplas e afloram de interesses de uso divergentes imprimidos pela pesca amadora e profissional” (RUFFINO, 2005).

No Complexo Macuricanã são constantes e até mesmo comuns os conflitos envolvendo pescadores e criadores de gado, muitos destes estão ligados à pesca intensiva praticada nos lagos e, ou até mesmo a furto de animais principalmente no período da vazante quando os pastos que afloram as margens dos igarapés e lagos são ricas fontes de alimentos para animais.

O complexo Macuricanã possui uma característica peculiar propicia ao desenvolvimento de espécies de animais e vegetais, o transporte de sedimentos favorecem o enriquecimento do solo e a produção de variada ictiofauna, se constituindo como local significativo para a pesca tanto comercial quanto artesanal, geralmente a vazante na Amazônia se inicia nos meados de junho e vai até meados de outubro e é nesse período que a pesca se torna mais produtiva e intensiva.

Para muitos dos pescadores que praticam a pesca artesanal e comercial no Complexo Macuricanã, a criação de gado interfere muito na reprodução de espécies nos lagos dificultando assim a produção presente e futura de pescado. Em alguns casos são impedidos de adentrarem em determinados lagos pois os vaqueiros

(pessoas contratadas para cuidar do gado) obedecendo ordens de seus patrões, não permitem que pescadores possam fazer a pesca no seu território de abrangência.

Para uma construção social e econômica, os ribeirinhos da região do complexo Macuricanã precisam fazer uso dos recursos pesqueiros, não defendendo a exploração, mas o uso de forma inteligente e sustentável para não faltar pescado, futuramente.

De acordo com CAÑAS, (2012), “a ligação entre a questão social e a questão ambiental, visto que ambas estão intrinsecamente relacionadas, não podendo ser compreendidas separadamente”. Pescadores acusam principalmente a criação de Búfalos (Bubalinos) que acabam com os (aningais), e barrancos (quantidade de capim em suspensão na água), tirando a moradia e lugar de reprodução dos peixes.

A dinâmica pesqueira no município de Parintins é bastante complexa, pois são vários os pontos de comercialização do pescado, os mais famosos são no inverno, (enchente) a movimentação pesqueira fica próximo ao mercado municipal da francesa, no verão (vazante) fica concentrado próximo a rampa do correio, situado na frente da cidade.

São muitos pescadores vindos das mais variadas regiões de várzea do nosso município, o complexo Macuricanã se destaca pela sua abrangência de rios e lagos férteis em espécies de pescado, isso se torna também um problema, pois, todos os anos são toneladas de pescado capturados nestes locais.

Os empresários que trabalham com a compra de pescado também se multiplicam a cada ano, mas, aqui na cidade de Parintins quem se destaca é a empresa de beneficiamento de pescado, a Só Peixe, que por ano chega a comprar 324 toneladas, por safra este número fica em torno de 250 toneladas.

Os principais polos de consumo deste pescado já beneficiado (filé, posta, manta ou inteiro) são as regiões Centro-Oeste, região Sudeste e região Norte, a empresa compra esse pescado a vista ou faz negociação com gelo ou caixa de conservação de pescado.

4.2- Sobre-exploração no complexo Macuricanã.

Hoje a tecnologia permite um alcance maior das áreas ou territórios de pesca, embarcações mais potentes e com capacidade de armazenamento para muitas toneladas de pescado, muitas destas embarcações vêm de outros municípios como Itacoatiara e Manaus, é possível notar embarcações do estado do Pará que facilmente seduzem os ribeirinhos para praticarem a pesca.

O governo federal tem sua parcela de responsabilidade no nível de exploração que os lagos do complexo Macuricanã se encontram, primeiro ponto é, o abandono enquanto fiscalização, não tendo nenhum tipo de controle sobre essas áreas de exploração, segundo ponto, os financiamentos voltados para este setor, uma vez que com as questões territoriais, não sobram muitas áreas de pesca, sobrecarregando, pressionando o estoque pesqueiro do complexo.

De acordo com Vieira, (2004). “A liberação de incentivos fiscais para a região e a abertura da economia a grandes empresas provenientes de outras regiões do Brasil favoreceu o rápido desenvolvimento tecnológico da pesca”.

Há alguns anos, a pesca na região tinha uma escala apenas local, mas com a inserção do capital, essa escala passa a ser nacional, o pescado capturado em nossa região percorre longos trajetos até chegar em outros estados, tais como Pará e São Paulo. Movimentando a economia da pesca, e aflorando a competição por lagos ou áreas de pesca mais abundantes.

Os proprietários de embarcações fornecem todo tipo de apetrechos de pesca para todo tamanho de peixe, cobrando uma taxa sobre o pescado capturado de 30% a 40%, realiza o pagamento na hora da pesagem, que para os moradores das comunidades do Paraná do Espirito Santo parece ser muito bom, pois a quantidade de pescadores que adentram os lagos do complexo Macuricanã é bem numerosa. Explica Vieira (2004), “as embarcaes ganharam motores e artes da pesca mais resistentes (redes de nylon) e mais eficiente na captura de peixes e crustáceos”.

Foi possível observar através desta pesquisa que os proprietários das embarcaes possuem uma razoável relação com os pescadores, uns mais e outros menos, o certo é que um precisa do outro no que diz respeito a pesca, um pescador chega a ganhar por semana (me refiro  época do verão) de (200) a (300) reais, que

não é muito, mas, ajuda na renda familiar. Explica Fraxe (2009). "Desse modo, a tentativa de dar visibilidade aos povos amazônicos pressupõe considera-los inseridos em um contexto de mudanças históricas, sistema econômico e político-cultural capitalista".

A imagem abaixo mostra a produção do pescador conhecido como (Jacaré, E. R. 64 anos), o mesmo relata que a pescaria fica a cada ano mais difícil e até pensa em arrumar outra profissão.



*Figura 10: Produção semanal de um pescador.
Fonte: Euler Brito, 2018.*

O resultado destas ações por parte dos empresários da pesca, reflete no preço do pescado nas feiras e mercados da cidade de Parintins, pois, as escalas econômicas não são apenas locais, as reclamações por parte dos moradores é de que os atravessadores (pessoas que mediam a venda do pescado) estão sobrepondo o preço final dos peixes.

O aumento da exploração pesqueira resultou em sobre pesca de crescimento, tanto das espécies que abastecem o mercado industrial como do mercado regional. Veja na tabela abaixo as espécies mais exploradas nos lagos da APA- Nhamundá. Para Veríssimo, (1985). "Os armadores passaram a usar com maior frequência grandes redes, comumente conhecido como "arrastão" e menos a "tarrafa".

A tabela abaixo as espécies de peixes que são mais capturados pelos pescadores do Complexo Macuricanã.

Nome Conhecido	Nome Cientifico
Tucunaré	<i>Cichla spp</i>
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum!</i>
Curimatá	<i>Prochilodus nigricans</i>
Surubim	<i>Pseudoplatistoma spp</i>
Bodó	Bodó <i>Liposarcus pardalis</i>
Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Mapará	<i>Hypophthalmus spp.</i>
Dourada	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>
Sulamba	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>
Pescada	<i>Cynoscion leiarchus</i>
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>

Observe a tabela abaixo os peixes que são mais procurados por terem um valor comercial atraente no mercado pesqueiro, estas espécies estão cada dia mais escassas.

Nome conhecido	Nome científico	MÉDIA DE PREÇO POR KG
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>	<i>De 10 a 20 reais</i>
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum!</i>	<i>De 8 a 20 reais</i>

Existem outras espécies de animais que antes eram abundantes na APA Nhamundá, que hoje também engrossam a lista de animais escassos, como a capivara, tracajá, tartaruga da amazônia e peixe boi.

Apesar da existência da fiscalização da pesca por parte do (IBAMA), não se pode negar que a pesca no complexo Macuricanã vem tomando ou já se encontra em proporções que exige uma ação imediata das autoridades do setor pesqueiro.

Não se pode continuar estas “agressões” ao ecossistema que aos poucos vai perdendo espécies que são fundamentais para a existência e permanência do ribeirinho naquela localidade.

De acordo com Falabella (2003, pg.141); “A hipótese de repovoamento apesar de salutar, parece muito remota; demandaria uma quantidade enorme de alevinos”. Ora, se não dispomos, com exceção do tambaqui, o suficiente para distribuição aos piscicultores, como teríamos para repovoamento?

A imagem abaixo mostra um tambaqui adulto que estava pronto para a reprodução, foi capturado e este deixa de reproduzir milhares de alevinos que repovoariam os lagos do complexo Macuricanã. De acordo com Azevedo, (2015) “A atividade de pesca faz parte do dia-a-dia de muitas famílias na Região Amazônica. Alguns pescam para alimentação e outros profissionalmente, utilizando o produto para comercialização”.

A imagem a seguir mostra um tambaqui na fase adulta que estava pronto para desovar (reproduzir).

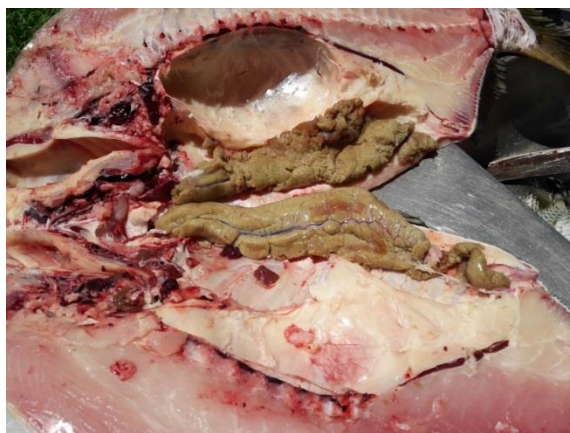


Figura 11: Tambaqui na fase adulta que estava pronto para desova. Fonte: Euler Brito, 2018.

Os peixes têm que desovar. De acordo com Verissimo, (1985). “Todos tinham como objetivo diminuir os esforços da produção pesqueira e capturar maiores quantidades de pescado, ou seja, aumentar a produtividade média”.

De acordo com o fiscal do IBAMA de Parintins (S. L), o órgão conseguiu dar “de presente” aos comunitários próximo a APA- Nhamundá um acordo de pesca, que este geralmente leva 18 reuniões para ser definido, formalizações e treinamentos de fiscais ambientais, que seriam os próprios pescadores e comunitários.

Para tanto o poder público se propôs a ajudar, mas, infelizmente não foi possível chegar a um acordo que fosse de interesse de todos. Neste sentido foi criado o GRUPACOM, que ficaria responsável pela fiscalização dos recursos naturais do Complexo Macuricanã, em parceria com a Colônia de Pescadores Z-17 e Sindicato de Pescadores de Parintins-SINDPESCA.

Um dos fatores que levou o acordo de pesca ao fracasso, foram os constantes conflitos entre os comunitários, o trabalho clandestino na atividade da pesca, fato que hoje reflete na falta do pescado de forma geral, para o fiscal a melhor forma do acordo de pesca ser lucrativo para os envolvidos era trabalhar de acordo com a lei, estavam envolvidas nesse acordo sete (7) comunidades, divididas da seguinte forma, três (3) do paraná do espírito santo, uma (1) do boto e três (3) do Itaboraí.

De acordo com essa pesquisa, a fiscalização na APA-Nhamundá não é por conta do IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente) de Parintins, o órgão apenas dá suporte quando são solicitados, a fiscalização fica por conta do município de Nhamundá com órgão (CEUC) Centro Estadual de Unidades de Conservação- Amazonas.

Nas entrevistas feitas com pescadores foi possível perceber que a criação de gado no complexo Macuricanã interfere muito na reprodução do pescado, mas, não somente este fator, o corte de capim onde o peixe tem como moradia também se torna um agravante. De acordo com o agente do IBAMA (S. L), no lago do Boto um dos locais de pesca mais cobiçado da região, praticamente acabaram com o capim. Explica Machado (2012). “Se não houver controle do uso de um recurso renovável, este pode vir a se tornar não-renovável, e a população enfrentará escassez”.

No ano de 2007 foi colocada em questão uma lei que iria reduzir o número de animais (gado) no complexo Macuricanã, o projeto de lei acabaria com a criação de bubalinos (búfalos) deixando uma pequena quantidade de gado branco (bovino). Mas, não foi aprovado, pois iria mexer nos grandes empresários do ramo.

CONCLUSÃO

O pescador é um extrativista e faz uso da natureza para sobreviver, por isso se torna também um predador, neste sentido é importante que o mesmo esteja capacitado como agente ambiental voluntário, através de programas do governo federal para que haja uma redução no impacto.

No ápice do verão amazônico se torna impossível que os pescadores adentrem os lagos do Macuricanã com suas embarcações, mesmo que estas sejam de pequeno porte, e quem faz a depredação desses lagos que já estão fechados? É quem tem cavalo, quem cria cavalos e isso está diretamente ligado a quem faz a criação de gado bovino e bubalino na APA-Nhamundá, eles são os que mais contribuem nesse período para depredação dos lagos.

A utilização de pequenas embarcações como, bajaranas e canoas na exploração do pescado quando o rio está cheio (período da enchente), como já foi mencionado, na vazante fica inviável a entrada destes nos lagos do Macuricanã, quem faz o transporte de materiais de pesca proibidos, como arrastões, arrastadeiras, são aqueles que tem cavalos e fazem transporte de pescado de forma regular, uma vez o peixe que não tem um bom valor comercial, é descartado nas margens dos lagos.

De acordo com o fiscal do IBAMA o preço do pescado em Parintins está entre o mais caro do Brasil, o mesmo ainda relata que a alta do preço está ligada aos atravessadores (marreteiros) que quando levam o pescado para as feiras e mercados põe um preço considerável, e quem sofre é o consumidor final.

A captura do pescado sofreu e continua a sofrer mudanças ao longo do tempo, adaptações não somente às questões climáticas, mas também tecnológicas, a segunda leva a questão da escassez de espécies.

A quantidade elevada de pescado capturado proporciona a comercialização em grande escala, esta modalidade de pesca pode causar problemas ambientais pela venda de peixes de todos os tamanhos, ou até mesmo são capturados no período da desova (reprodução). Para Maldonado (1993) o conhecimento que os pescadores têm sobre o modo de vida das espécies facilita na hora da captura.

O Complexo Macuricanã APA-Nhamundá é uma localidade indispensável na vida de centenas de ribeirinhos e pescadores do município de Parintins pela

quantidade de espécies de pescado que a APA oferece, mas, como todo local em que se estabelece formas de relações sociais e ambientais estão propícias a conflitos, estes diretamente relacionados a pesca e pecuária.

Foi possível identificar a existência de conflitos socioambientais, devido à observação quanto à escassez dos recursos naturais (pesqueiros), os quais são essenciais para a reprodução da vida. Os conflitos ocorrem principalmente entre pescadores e criadores de gado da APA-Nhamundá.

De acordo com o que foi observado nesta pesquisa no período da enchente é possível e até comum grandes embarcações vindas de outros estados como o Pará, adentram a região do complexo Macuricanã sem que haja fiscalização alguma, esta forma de gestão do uso dos recursos naturais do complexo Macuricanã com urgência tem a necessidade de mudanças em seus modos por parte do governo federal,

Um outro ponto a ser relatado nesta conclusão é que a hipótese levantada sobre a utilização de cavalos no período do verão para retirada de pescado e outros animais da APA-Nhamundá se confirma através desta pesquisa, pois, o homem por si só não tem condições físicas para realizar esta atividade.

Não há investimento do governo quando se trata da fiscalização na APA, a falta de recurso tanto do município de Nhamundá quanto de Parintins, faz com que haja uma perda na potencialidade pesqueira, o setor da pesca está completamente abandonado pelo governo federal, estadual e municipal, desde o ano de 2012 não a emissão de carteiras de pescador e a grande maioria dos pescadores estão pescando sem a licença, na clandestinidade.

No entanto quem mais sofre é a população que consome o pescado, o preço do peixe nas feiras e mercados está muito caro, a colônia Z17 e Sindipesca não tem como controlar o preço, este problema não é somente da sociedade civil e sim do governo, muitos estudos são feitos para buscar entender esta dinâmica, mas, se tornam meros estudos pois não a incentivo do governo para o armazenamento de produção uma vez que grande parte dessa produção está migrando para Itacoatiara.

A quantidade elevada de pescado capturado proporciona a comercialização em grande escala, esta modalidade de pesca pode causar problemas ambientais pela

venda de peixes de todos os tamanhos ou até mesmo são capturados no período da desova.

Assim sendo é preciso um maior cuidado com os recursos pesqueiros do complexo Macuricanã, os recursos materiais e humanos não são suficientes para que a (CEUC) juntamente com o (IBAMA) possa realizar a fiscalização e dar cumprimento as políticas de controle de forma adequada.

Percebemos, ao longo da pesquisa que o criador de gado, o vaqueiro (quem toma conta do gado), o comunitário que cria cavalo para o transporte de pescado, está diretamente ligado com a exploração do pescado na APA-Nhamundá, principalmente na época do verão, quando não se é mais possível a entrada de pequenas e grandes embarcações.

O pescador local explora os lagos do Macuricanã quando rio está cheio, ou seja, na época da enchente, existe também a depredação de forma indireta, que é a criação de búfalo (bubalino), que come o capim que está na água, formando assim uma espécie de competição com os peixes por alimento, e destruindo o habitat natural das espécies aquáticas.

Apesar disso, o abandono do governo do estado, pois, a APA é estadual que tem abrangência nos municípios de Nhamundá e Parintins, isso faz aflorar os conflitos pela exploração do pescado, os órgãos de fiscalização conseguem impedir os pescadores locais de pescarem nos lagos do Macuricanã, mas nada fazem para barrar a entrada das grandes embarcações que vem de outros lugares, ou até mesmo do estado do Pará.

Portanto, para que o complexo Macuricanã não perca sua importância social para centenas de famílias que vivem da pesca, é preciso reativar o projeto de manejo do pescado, investimento e fortalecimento dos órgãos como IBAMA e CEUC e mudar os meses de período do defeso, uma vez que o defeso vai de novembro a março, e o ápice da pescaria, a exploração em massa é nos meses de agosto, setembro e outubro.

É preciso fazer um mapeamento dos criadores de gado no complexo Macuricanã, para que possa haver uma redução no número de animais, também é

preciso conscientizar os moradores das comunidades locais enquanto coletores, exploradores dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras Tradicionalmente Ocupadas: Terras de quilombo, terras indígenas, babaçuais livres, castanhais do povo, faxinais e fundo de pasto. 2. Ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 2008.**
- AZEVEDO FILHO, João D´Anúzio de; SANTOS. A. S. M; Pires. V. S; RODRIGUES. M. N. R. **A pesca como Fonte de Segurança alimentar na Várzea Amazônica**, Universidade do Estado do Amazonas, Amazonas, Brasil, 2015.
- CASCUDO, Luiz da Câmara. **Jangada: Uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro, Ministério da educação e Cultura: Departamento de imprensa Internacional, 1997.
- FALABELLA. Pedro. **A Pesca no Amazonas: Problemas e Soluções**. 2ª ed. Manaus: Imprensa Oficial, 1994.
- FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto. **Cultura Caboclo-Ribeirinha: Mito, lendas e transculturalidade**. São Paulo: Annablume, 2004.
- FRAXE, Terezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Carlos Antônio; DA SILVA, Suzy Cristina (organizadores). **A pesca na Amazônia Central**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.
- FURTADO, L. G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área Amazônica**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi, 1993.
- GODELIER, M. **A parte ideal do real**. In: CARVALHO, E. A. (organizador). São Paulo: Ática, 1981.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios**. Loyola, 2003.
- LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª ed. São Paulo: Atlas 2009.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural** (Tradução de Chaim Samuel Katz e Eginardo Pires). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- LÉVI-STRAUSS, S C. **Raça e História**. Tradução Inácio Canelas. Lisboa: Presença, 1996.

MALDONADO, S. C. **Mestres e mares: espaço e indivisão na pesca marinha.** São Paulo: Annablume, 1993.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação.** Belém: UFPA, 1985.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Pioneira, 1997.

RAPOSO, P. H. C. **A construção da vida: pescadores e territórios sociais da pesca na comunidade Nossa Senhora das Graças da Costa do Pesqueiro II – Manacapuru, Amazonas.** Monografia, Instituto de Ciências Humanas e Letras, ICHL/UFAM, Manaus (2006, 2008).

RUFFINO, M. L. **Gestão de uso dos recursos pesqueiros na Amazônia.** Manaus: Ibama, 2005.

RUFINO, M. L; SOARES, E. C; SILVA, C. O; BARTHEM, R. B; V. BATISTA; ESTUPINÃN, G. PINTO, W. **Estatística Pesqueira do Amazonas e Pará 2003.** Ibama; Provársea, Manaus: Amazonas (2006).

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Elizeu Savério. **“Por uma abordagem territorial das relações urbano-rurais no Sudoeste paraense”.** In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Organizadores). *Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.* São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

VERÍSSIMO, J. **A pesca na Amazônia.** Rio de Janeiro: Livraria Clássica Alves, 1985.

VIEIRA, L. A. **Diagnóstico da Pesca na Região de Parintins.** Núcleo de Tecnologias.